

V CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

**ARQUIVOLOGIA E INTERNET:
CONEXÕES PARA O FUTURO**

01 a 05 de Outubro 2012 | Salvador-BA
Pestana Bahia Hotel

TRABALHOS COMPLETOS

www.enara.org.br/cna2012
Salvador. A Capital Nacional da Arquivologia em 2012

SUMÁRIO

QUANDO O ACESSÁVEL PODE NÃO SER ACESSÍVEL: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA (SAPL) À LUZ DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, **JOSÉ CANUTO DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Henrique Elias Cabral França)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA E SUA CONSOLIDAÇÃO LEGAL NO BRASIL: PROPOSTAS DE REFLEXÃO PARA O PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **HENRIQUE ELIAS CABRAL FRANÇA (e co-autoria de José Canuto Da Silva Júnior)**

INVESTIGAÇÃO DO USO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE: UMA VISÃO ATRAVÉS DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, **WENDEL GIBBON DE OLIVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti; Angélica C. D. Miranda)**

PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS DA CLASSIFICAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES AO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES-FIM DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES, **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Andressa Furtado da Silva de Aguiar; Gleice da Silva Branco)**

CURSO DE QUÍMICA INDUSTRIAL/UFRGS TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA DOS HISTÓRICOS ESCOLARES, **BRUNA ARGENTA MODEL (e co-autoria de Ana Regina Berwanger)**

A INOVAÇÃO E A ARQUIVOLOGIA: CONCEITO E CIÊNCIA PARA A SOCIEDADE, **ELIANDRO DOS SANTOS COSTA (e co-autoria de Maria Inês Tomael, Mayara Talita dos Santos)**

DISCUTINDO A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL, **LAERTE PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Thais Helen do Nascimento Santos)**

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS INTEGRADAS: O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA (e co-autoria de Maria Meriane Vieira Rocha)**

LEVANTAMENTO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE UMA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS PRELIMINARES PARA UMA GESTÃO ARQUIVÍSTICA, **CLODEMIR DA COSTA NASCIMENTO (e co-autoria de Rosa Zuleide Lima de Brito, Julianne Teixeira e Silva)**

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **MARIA MERIANE VIEIRA DA ROCHA (e co-autoria de Julianne Teixeira e Silva)**

O FLUXO DOCUMENTAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA, **MARCIO BEZERRA DA SILVA (e co-autoria de Wendia Oliveira de Andrade, Rosa Zuleide de Brito)**

FOTOGRAFIAS DO CHCP: POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA A PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA, **MARIA CANDIDA DA SILVEIRA SKREBSKY (e co-autoria de Carlos Blaya Perez)**

ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS SOB A PERSPECTIVA DOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS, **THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS (e co-autoria de José Washington de Moraes Medeiros)**

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO: DESVENDANDO O PROTOCOLO DO IMEQ/PB – INMETRO, **ESMERALDA PORFIRIO DE SALES (e co-autoria de Christian Palmer Ferreira da Silva, João Paulo do Nascimento Soares)**

A COORDENAÇÃO DE ARQUIVOS DA UFF: UM PROCESSO ARQUIVÍSTICO DE REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO., **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Jorge Martins Fagundes, Beatriz Bahia, Igor Garcez, Pablo Souza Vaqueiro)**

FACULDADE DE DIREITO CLOVIS BEVILAQUA: A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA ATRAVÉS DO ICA-ATOM, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Bruna Paim Reis, Daniel Flores)**

A POLÍTICA DE ARRANJO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Karin Christine Schwarzbald; Tatiane Vedoin Viero)**

A JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB) E O USO DO SRI TEBAS, **WENDIA OLIVEIRA DE ANDRADE (e co-autor Marcio Bezerra da Silva)**

A TEORIA E A "PRÁXIS" DAS TRÊS IDADES DOCUMENTAIS NA REALIDADE DAS MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS NOS ARQUIVOS BRASILEIROS, **KLEANE PÂMELA PEREIRA DOS SANTOS (e co-autoria de Rodrigo Fortes)**

UM RECORTE DA REALIDADE DA PROFISSÃO DO ARQUIVISTA: A ATUAÇÃO DOS ARQUIVISTAS NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS, **STELA LICHTENHELD CRAUS (e co-autoria de Maria Beraldi Passini de Castro)**

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS EM UNIVERSIDADES: UM ESTUDO DE TRÊS CASOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A DIFUSÃO E A "PÓS-DIFUSÃO" CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARQUIVO., **SUELLEN BARBOSA GALDINO (e co-autoria de Rodrigo Fortes de Ávila)**

PERSPECTIVAS PARA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA: CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO PARA O ARQUIVO MUSICAL DA BANDA DE MÚSICA 5 DE AGOSTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB, **EGBERTO DA SILVA LIMA (e co-autoria de Manuela E. Maia, Rodrigo Fortes de Ávila)**

LEI DE ACESSO: A EXPERIÊNCIA DA UFRGS, **RITA DE CÁSSIA PORTELA DA SILVA (e co-autoria de Flávia Helena Conrado)**

A INSERÇÃO SOCIAL DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA : O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL), **LINETE BARTALO (e co-autoria de Ivone Guerreiro Di Chiara; Miguel Luiz Contani)**

O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO A PARTIR DA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, **MARCELA GONÇALVES TEIXEIRA (e co-autoria de Daniel Flores)**

CATÁLOGO SELETIVO DO 1º SEMINÁRIO DE ENSINO EM ARQUIVOLOGIA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE (e co-autoria de Fabiane Pereira da Silveira, Valéria Raquel Bertotti)**

PALEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE E O ENSINO PALEOGRÁFICO FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS, **ENEIDA IZABEL SHIRMER RICHTER (e co-autoria de Rafael Chaves Ferreira)**

POLÍTICAS DE ACCESO A LA INFORMACIÓN Y SU RELACIÓN CON EL CONCEPTO DE CIUDAD-REGIÓN, **MARIA JANNETH ALVAREZ ALVAREZ**

GESTÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE** (e co-autoria de **Luciana Penna dos Santos, Luciana Souza de Brito**)

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: REFLEXÃO DOS CONCEITOS SOB A ÓTICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA** (e co-autoria de **Thiago Gomes Medeiros**)

ARQUIVOLOGIA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO ESSENCIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA, **RAFAEL CHAVES FERREIRA** (e co-autoria de **Glauca Vieira Ramos Konrad**)

O ARQUIVISTA E SUA REPRESENTAÇÃO NAS MÍDIAS: A (DES)CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL, **ALESSANDRO FERREIRA COSTA** (e co-autoria de **Eliane Bezerra Lima**)

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E SEUS NOVOS DESAFIOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A GESTÃO DOCUMENTAL NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM, **ROSINILDA DAMASCENO DOS SANTOS FILHA** (e co-autoria de **Augusto Britto**)

A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUBSTRATO CULTURAL NA CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA., **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA**

A MEMÓRIA E A ARQUIVÍSTICA: RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – RS, **GEISI GRAZIANE GOULARTE ANTONELLO** (e co-autoria de **Carla Saldanha da Silva, Rosani Beatriz Pivetta da Silva**)

DE GUARDIÃO DE DOCUMENTOS A GESTOR DA INFORMAÇÃO: O ARQUIVISTA EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE PROFISSIONAL, **WAGNER RAMOS RIDOLPHI**

AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS NO CONTEXTO DO ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), **INGRID RIQUE DA ESCÓSSIA PEREIRA** (e co-autoria de **Janaina Lima dos Santos, Priscila Zelo Patrício de França, Rosa Zuleide Lima de Brito**)

APLICAÇÃO DA NORMA ISDF NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Daine Regina Segabinazzi Pradebon, Lisieli Rorato Dotto, Débora Flores**)

A REVISÃO CURRICULAR EM CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: UM ESTUDO NA UFSM, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Emili Lemanski dos Santos, Lisieli Rorato Dotto, Fernanda Kieling Pedrazzi**)

SENSIBILIZAÇÃO DA NECESSIDADE DE PROFISSIONAL ARQUIVISTA PARA GERENCIAMENTO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO TELEVISIVA, **ANA ISABEL FERREIRA WANDERLEY** (e co-autoria de **Érica Ferreira Rodrigues, Lidiane Carneiro de Sousa, Lidiane da Silva Ferreira**)

PRESERVAÇÃO DE ACERVOS, MARMORIZAÇÃO DE PAPEL E INCLUSÃO SOCIAL, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Denise Molon Castanho, Luiza Segabinazzi Pacheco**)

DIAGNÓSTICO TÉCNICO E DIRETRIZES PARA REVITALIZAÇÃO DO ARQUIVO DA DIVISÃO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA (DAME) DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEI – UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA** (e co-autoria de **Dulce Amélia de Brito Neves**)

ASPECTOS GERAIS SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS: TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS PÚBLICOS DE ARQUIVO VINCULADOS À APROVAÇÃO DE CONTAS, **DOMINGOS DA COSTA RODRIGUES** (e co-autoria de **Tânia Maria de Moura Pereira, Eliane Braga de Oliveira, Sérgio P. da Silva Coletto**)

A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMHADU: SUBSÍDIOS PARA A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE SISTEMAS DE ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, **GISLAINE PINTO KRAMER** (e co-autoria de **Giulia Machado Tavares, Jorge Alberto Soares Cruz, Rita de Cássia Portela da Silva**)

O PAPEL DO ARQUIVISTA NO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: A EXPERIÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TREINAMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E ENSINO DE PRÁTICAS E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS, **WELDER ANTONIO SILVA** (e co-autoria de **Wendell Lopes de Assis**)

O NUDOC COMO MEMÓRIA DO CINEMA PARAIBANO, **CAROLINA BARROS MADRUGA** (e co-autoria de **Aline Rouse Almeida da Silva**)

PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO HISTÓRICO DO CPDOC: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, **DANIELE CHAVES AMADO** (e co-autoria de **Martina Spohr**)

GUIA DA COLEÇÃO “JORNAIS DO BRASIL: O ACERVO DE JORNAIS DO ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UFV” E INVENTÁRIO DA SÉRIE “JORNAIS DE ESQUERDA”, **EDUARDO LUIZ DOS SANTOS** (e co-autoria de **Sara Helena Amaral de Sousa**.)

POLÍTICAS DE ACESSO E PRESERVAÇÃO DE COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS DE NEGATIVOS DE VIDRO: QUANDO O PATRIMÔNIO É UMA IMAGEM QUE QUEBRA!, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Carlos Blaya Perez**)

A DIFUSÃO NO USO DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E A FUNÇÃO DO ARQUIVISTA NESSE NOVO CENÁRIO, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de **Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante**)

INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA EM REDE: A EXPERIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DIRECIONADA PARA TOMADA DE DECISÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de **Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante**)

RELAÇÕES ENTRE OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS E OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS, **ALEXANDRE FERNAL** (e co-autoria de **Fernando Luiz Vechiato**)

A PESQUISA E O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA (MAE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR), **ÂNGELA CAROLINA DE CASTRO SIMÕES** (e co-autoria de **Aline Fernanda Lopes**)

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO INTERMEDIÁRIO E PERMANENTE DO ARQUIVO GERAL DA UFBA, **NANCI MOREIRA DOS SANTOS** (e co-autoria de **Patrícia Reis**)

O “DISCURSO DE/SOBRE” A LEI Nº 12.527 EM DUAS MATERIALIDADES: A LEI E O JORNAL, **FERNANDA KIELING PEDRAZZI**

NORMATIVAS PARA DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS, **FERNANDO ALVES DA GAMA (e co-autoria de Ivone Gomes de Brito)**

O MARKETING COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO DAS ATIVIDADES ARQUIVÍSTICAS, **FERNANDA MARCELE SANTANA LAGE LINHARES (e co-autoria de Nídia Maria Lienert Lubisco)**

APLICAÇÃO DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, DA USABILIDADE E DA ACESSIBILIDADE EM WEB SITES DE ARQUIVOS, **FERNANDO LUIZ VECHIATO (e co-autoria de Vânia Jaqueline Domingues, Ana Maria da Silva Rebelo, Alexandre Fernal)**

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A DISCIPLINA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA OFERTADA NOS DIFERENTES CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL., **TIELE PADILHA SILVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti.)**

O DIAGNÓSTICO DE ARQUIVO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO DO FAZER ARQUIVÍSTICO: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS II NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UEPB, **KETLEN OLIVEIRA ESTEVAM (e co-autoria de Maria José Cordeiro de Lima)**

ARQUIVOLOGIA: NOVAS TECNOLOGIAS E ANTIGOS DESAFIOS, **EVA CRISTINA LEITE DA SILVA (e co-autoria de Graziela Martins de Medeiros, Luciane Paula Vital)**

"METODOLOGIA PARA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS" , **LEANDRO RIBEIRO NEGREIROS (e co-autoria de Welder Antônio Silva, Cíntia Aparecida Chagas Arreguy)**

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO NO SÉCULO XIX: A ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DA COLEÇÃO DE IMPRESSOS DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL, **EVERALDO PEREIRA FRADE (e co-autoria de José Benito Yárritu Abellás e Nínive Britez Biçakçi)**

PRESERVAÇÃO E ACESSO: RAZÕES E CAMINHOS DE UM PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: O CASO DO ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO MAST, **JOSÉ BENITO YÁRRITU ABELLÁS (e co-autoria de Everaldo Pereira Frade)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO: MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO ESTADO DA PARAÍBA, **ISMAEL BATISTA DOS SANTOS SILVA**

A PRODUÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NO SOFTWARE DE GESTÃO DOCUMENTAL NUXEO SOB A ÓTICA DA ARQUIVÍSTICA, **SERGIO RENATO LAMPERT (e co-autoria de Daniel Flores)**

OBJETOS VIRTUAIS INTERATIVOS NO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA, **LUCIANA OLIVEIRA PENNA DOS SANTOS Luciana Souza de Britto, Rafael Augusto Penna dos Santos**

A SAÚDE NO BRASIL E OS ARQUIVOS MÉDICOS COMO INSTRUMENTO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA, **RAONE SOMAVILLA**

DISCURSOS DE MEMÓRIA DO ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO, **EVELYN GOYANNES DILL ORRICO (e co-autoria de Eliezer Pires da Silva)**

O USO DE TECNOLOGIAS PARA MAPEAMENTO DE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICA, **BRUNO OLIVEIRA DA COSTA (e co-autoria de Elias de Oliveira)**

ARQUIVO DIGITAL ESCOLAR(ARQDESC) ARQUITETURA DE UM SISTEMA INFORMATIZADO PARA O ARQUIVO DA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO, **IRANY RODRIGUES BARBOSA (e co-autoria de Josemar Henrique de Melo)**

SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (SIA-APM): UMA EXPERIÊNCIA DE DIFUSÃO ON LINE, **RENATO PINTO VENANCIO**

A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, **ANA LÚCIA DA SILVA DO CARMO**

ANÁLISE DO MÓDULO ARQUIVO DO SISTEMA PERGAMUM, **ANA PAULA ALVES SOARES**

PRESERVAÇÃO DIGITAL E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: O USO DA NORMA ISO/IEC 17799 – CÓDIGO DE PRÁTICA PARA GESTÃO DA SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE SALVADOR DURANTE A REALIZAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS, **RAFAEL BOTELHO DORIA (e co-autoria de Sérgio Franklin Ribeiro da Silva)**

A APLICABILIDADE DO MARKETING NO ARQUIVO, **NELMA CAMÊLO DE ARAUJO (e co-autoria de Ana Paula Barbara)**

ARQUIVISTA: MANEJO DE ARQUIVOS E DE REGISTROS, **ELAYNE ORTOLAN ALTOÉ (e co-autoria de Taiguara Villela)**

O PAPEL DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS (FAPEAM) PARA A ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DOCUMENTAIS NO AMAZONAS, **RODOLFO ALMEIDA DE AZEVEDO (e co-autoria de Francisca Deusa Sena da Costa)**

A ONTOLOGIA DO CUIDADOR: ARTICULAÇÕES ENTRE AS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL MÉDICO E DO PROFISSIONAL ARQUIVÍSTICO., **MICHELLE CHAVES DE ARAÚJO (e co-autoria de Esmeralda Porfírio de Sales)**

O ARQUIVO DE LINA BO BARDI: REVISITANDO UMA EXPERIÊNCIA, **JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS**

LEGISLAÇÃO SOBRE DOCUMENTOS DE PROCESSOS JURÍDICOS PARA DIGITALIZAÇÃO., **MARCELO FERNANDES RODRIGUES (e co-autoria de Diana Vilas Boas Souto)**

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO SOB O OLHAR DOS ALUNOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **GENOVEVA BATISTA DO NASCIMENTO (e co-autoria de Ismael Batista dos Santos Silva, Katyuscia Sales de Assis)**

APLICABILIDADE DO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS: UM ESTUDO NA UFBA, **LUCINEIDE NASCIMENTO DE ALMEIDA DIAS (e co-autoria de Dulce Paradello)**

OS ARQUIVOS/REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO AMBIENTES DE LIVRE ACESSO À PRODUÇÃO DOCUMENTAL ACADÊMICA CIENTÍFICA, **GLEISE DA SILVA BRANDÃO (e co-autoria de Keyla Sousa Santos)**

ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO PROJETO CINEMÓRIA – A HISTÓRIA DAS SALAS DE CINEMA DO ESPÍRITO SANTO (1907-2008), **ANDRÉ MALVERDES**

DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM AMBIENTE DE ARQUIVO, **LUIZ ANTONIO SANTANA DA SILVA (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

SUBPROJETO FOTOGRAFIA NA LATA : CRIATIVIDADE COM PINHOLE E MARMORIZAÇÃO, **JANAINA VEDOIN LOPES (e co-autoria de Carlos Blaya Perez, Bruno Stock, Carla Saldanha da Silva, Letícia da Silva Fausto, Tamy Silva)**

DE 1999 A 2012- O PANORAMA DA CONSTRUÇÃO DE WEBSITES EM INSTITUIÇÕES DE ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO NO BRASIL, **LEANDRA NASCIMENTO FONSECA (e co-autoria de Fernanda Maria da Costa)**

A ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES BRASILEIROS: RELATO DO ARQUIVO CLARICE LISPECTOR, **MARCOS ULISSES CAVALHEIRO (e co-autoria de Sonia Maria Troitiño Rodriguez)**

ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E REDES DE COOPERAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES) DO BRASIL, **RENATO MOTTA RODRIGUES DA SILVA**

DESAFIOS DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA: DA ESCOLHA NO VESTIBULAR AO MERCADO DE TRABALHO, **FERNANDA MARIA OLIVEIRA DA COSTA**

O MAPEAMENTO CULTURAL E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ, **MARIA DO SOCORRO BAIA DOS SANTOS (e co-autoria de Terezinha Maria de Jesus da Conceição Lima)**

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUPORTE PARA A TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA: O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2006-2010), **BRUNO MACEDO NATHANSOHN**

ATORES ACADÊMICOS DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL, **ELIEZER PIRES DA SILVA (e co-autoria de Thais Tavares Martins e Natacha Silva Fonseca)**

O USO DAS TÉCNICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O REGISTRO DAS LIÇÕES APRENDIDAS NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS, **MILENA DE JESUS MELO**

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL: ESTUDO DE CASO EM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DE PORTO ALEGRE/RS, **VERA LÚCIA SANTOS DOS SANTOS**

FOTOGRAFIAS DE ROMEIROS COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO, **ARILUCI GOES ELLIOTT (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DOS USUÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO DO USO DA BASE DE DADOS ACCESSUS, **RENAN MARINHO DE CASTRO**

CORRELAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E OS ANSEIOS DA HISTORIOGRAFIA NA ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL, **AUGUSTO CÉSAR LUIZ BRITTO**

MIGRAÇÃO DE SUPORTE DE FITAS MAGNÉTICAS DE ÁUDIO CASSETE: UM ESTUDO PRELIMINAR DO TRIBUNAL REGIONAL DA 4ª REGIÃO – TRF4, **MAURO SÉRGIO DA ROSA AMARAL**

A UFSM NO PROJETO RONDON – CAMPUS AVANÇADO DE RORAIMA: DESCRIÇÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES (e co-autoria de Daniel Flores)**

ARQUIVOS SETORIAIS: EXPANSÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS NA UFSM, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO** (e co-autoria de **Camila Poerschke Rodrigues, Cristina Strohschoen, Débora Flores, Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Rocha Retamoso, Neiva Pavezi, Rita Medianeira Ilha, Rosilaine Zoch Bello**)

ESPAÇOS INFORMACIONAIS VIRTUAIS: A DISPONIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO**

DOCUMENTAÇÃO SERGIPANA E AS NOVAS TIC'S: IMPACTOS E PRÁTICAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO ACERVO DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA CENTRAL., **JOSEANE OLIVEIRA DA CRUZ** (e co-autoria de **Melânia Lima Santos, Ycaro Swuan Andrade Cor, Izabel Cristina da Silva Santos**)

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL (DAG/UFSM), **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES** (e co-autoria de **Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Regina Rocha Retamoso, Maiara de Arruda Nascimento**)

O ACESSO E O SIGILO DOS DOCUMENTOS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

QUANDO UM E-MAIL É UM DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

O USO E "PÓS-USO" DA INFORMAÇÃO ORGÂNICA ARQUIVÍSTICA, **RODRIGO FORTES DE AVILA**

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DE PROCESSOS JUDICIAIS, **TASSIARA JAQUELINE FANCK KICH**

POLÍTICAS DE GESTÃO DOCUMENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG: DO SONHO À REALIDADE, **TATIANE VEDOIN VIERO** (e co-autoria de **Andrea Gonçalves dos Santos, Karin Christine Schwarzbold**)

SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (SIGED/TJMG) EM FACE DOS REQUISITOS FUNCIONAIS DO E-ARQ BRASIL., **GISELI MILANI SANTIAGO BALBINO** (e co-autoria de **Leandro Ribeiro Negreiros**)

GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS UNIDADES DE ARQUIVO E PROTOCOLO DA UNIRIO, **FABIANA DA COSTA FERRAZ PATUELI**

GERÊNCIA DE ARQUIVOS I : UMA RELAÇÃO TEÓRICA SOB A ÓTICA PRESENCIAL E VIRTUAL., **ROSANARA PACHECO URBANETTO** (e co-autoria de **Tatiana Costa Rosa**)

DIMENSÕES METACOGNITIVAS NO PROCESSO DE BUSCA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA, **DULCE AMELIA DE BRITO NEVES** (e co-autoria de **Dirlene Santos Barros**)

ARQUIVO E ESCOLA: A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA DIFUSÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS, **PRISCILA RIBEIRO GOMES** (e co-autoria de **Magno Vinicius da Silva Monteiro, Alinne Pereira da Costa**)

LEITURA DOCUMENTÁRIA E ESTUDOS PALEOGRÁFICOS: O OLHAR ARQUIVÍSTICO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA ANTIGA PARAIBANA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA RELATIVA ÀS ELITES PROVINCIAIS (1824-1840) , **FRANCINETE FERNANDES DE SOUSA** (e co-autoria de **Roberto Jorge Chaves Araújo**)

A DIFUSÃO NO USO DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E A FUNÇÃO DO ARQUIVISTA NESSE NOVO CENÁRIO

Kátia Santiago Ventura (UFPE) ksvkatia@gmail.com ¹

Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante (UNIPE) carlospci6@gmail.com ²

Eliete Correia dos Santos (UEPB) professoraeliete@hotmail.com ³

RESUMO

Nos últimos anos, presenciamos a ampliação das discussões acerca dos documentos eletrônicos, de sua legitimidade e disseminação. É notável o crescimento de sua importância e o quanto já se tornou imprescindível nas atividades pessoais, administrativas e comerciais, uma vez que a realidade exige rapidez na circulação da informação. Sendo assim, para os arquivistas, saber lidar com documentos eletrônicos e transformá-lo em ferramenta de dispersão de informação e conhecimento tornou-se indispensável. Para a realização desse estudo, buscou-se fundamentos teóricos através de pesquisas bibliográficas em textos, livros e artigos da área, tendo como principais referências a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24.08.2001, além dos seguintes autores: Parentoni (2005), Rondinelli (2007), Antunes (2005), entre outros estudiosos. O presente trabalho, ao discutir a utilização e legalidade dos documentos eletrônicos, baseando-se em normas brasileiras que os regulamentam, pretende contribuir para a compreensão de sua importância na agilidade da transferência e obtenção da informação, preocupando-se também com a necessidade do acesso a tais documentos por usuários e, por conseguinte, apresentar aos arquivistas e profissionais da área, como os referidos documentos podem ser empregados de forma íntegra e autêntica, apresentando pressupostos necessários à plena utilização de documentos produzidos em meios eletrônicos.

Palavras-chave: Documento Eletrônico. Disseminação da Informação. Arquivologia.

1 INTRODUÇÃO

O caminho percorrido até as tecnologias atuais foi longo. O homem, um *ser* instintivo dotado de inteligência, nunca se sentiu repleto, e dessa insatisfação é que surgiram tantas inovações. Talvez por ego ou para registrar suas realizações para gerações futuras, ou ainda por qualquer outro motivo, o homem sempre buscou meios para armazenar e imortalizar suas atividades corriqueiras, seja em pinturas rupestres usadas na antiguidade, até os sofisticados registros digitais, que proporcionam praticidade, facilidade e comodidade. Muito conhecimento

produzido pela humanidade nos últimos séculos está registrado em documentos que podem variar na forma e meio pelos quais são apresentados.

Os documentos estão presentes de tal modo que um dos acontecimentos mais importantes de nossas vidas é a geração de um – a certidão de nascimento. Pode-se considerar como documento desde uma anotação feita em um pequeno pedaço de papel, até um grande conjunto de dados armazenados em computadores, sendo este último o alvo de estudo nesse trabalho.

Hoje estamos num mundo em que a velocidade de transporte e o fluxo da informação são o que determinam a evolução do homem, que está estreitamente ligada com a própria história da humanidade, visto que, com o passar do tempo, os novos adventos desenvolvidos modificaram as relações do homem consigo e com os outros. Todavia, tal evolução também trouxe problemas que precisam ser pensados e estudados. Diante desse quadro inevitável de avanços, torna-se necessário a atualização de conhecimentos, para que se esteja pronto a pleitear os novos desafios.

Assim, esse trabalho busca mostrar um quadro panorâmico sobre o uso dos documentos em suportes virtuais, seus benefícios e implicações, e como o profissional da área de informação pode posicionar-se nessa nova realidade. Divide-se em seis seções. A seção seguinte irá tratar das vantagens dos documentos eletrônicos, mostrando uma comparação dos documentos afixados em papéis com aqueles que possuem o suporte digital. A seção três apresenta um pequeno histórico de evolução e a importância da participação do arquivista nessa nova interface. A quarta seção mostra como a legalidade pode facilitar na disseminação do uso dos documentos eletrônicos. A quinta seção mostra algumas considerações com relação à Medida Provisória nº 2.200-2, que foi o passo inicial para legalizar o uso desses documentos. Por fim, apresentam-se as conclusões e meditações finais diante de todo esse curso.

2 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS: SURGIMENTO E VANTAGENS

O avanço da sociedade rumo a Era da Informação⁴ vem acontecendo a passos largos e vertiginosos. A necessidade de ter a informação de forma rápida e segura provocou uma

verdadeira revolução digital, e proporcionou que a principal matéria-prima desse novo cenário, a informação, trafegasse de uma forma jamais vista.

Um importante instrumento que possibilitou tais avanços foi o computador. Drucker (2000, p. 113), grande pensador do mundo dos negócios, assevera que a “máquina a vapor era para a Revolução Industrial aquilo que o computador vem sendo para a Revolução da Informação”, consagrando a função importante desses dois inventos nas mudanças da economia e dos padrões da sociedade.

A partir da década de 80, com a disseminação no uso dos computadores pessoais e a baixo custo, juntamente com as tecnologias de rede, incluindo a *internet*⁵, que interliga os computadores de todo o mundo, possibilitou a propagação no uso dos documentos eletrônicos (RONDINELLI, 2007). Isso justifica o fato de que a rede mundial de computadores é um dos principais veículos de transmissão dos documentos eletrônicos, isso porque a *internet* propicia maior rapidez e eficiência no acesso a documentos, ultrapassando qualquer barreira territorial e permitindo que milhões de pessoas estejam inter-conectadas. Discorrendo sobre o assunto, Sá e Santos (2005, p. 3) explicam que

Com a *internet*, os serviços de informação passam a estar *online*, caracterizando-se como serviços de informação digital. Ocorre uma quebra de paradigma, onde estes serviços passam a ser disponibilizados ‘extra-muros’, visto que a barreira do ‘espaço’ é quebrada. A questão do tempo, também passa a ser revista, pois como estes serviços são disponibilizados na *internet*, podem ser consultados a qualquer hora do dia, sete dias por semana.

Sabemos que os documentos tradicionais, que possuem suas informações afixadas em papel, sempre tiveram sucesso e aceitação pública, de modo que nunca serão destruídos em sua totalidade. Todavia, é notável as suas limitações, e na sociedade moderna, tais documentos não mais suprem a exigência de rapidez na tramitação das informações, tanto em esferas administrativas e comerciais, como em atividades pessoais.

Bill Gates (1995), o magnata da informática, afirmou em seu livro que o papel sempre estará presente na sociedade, mas sua importância como meio de encontrar, preservar e distribuir informação já está diminuindo. O mesmo autor, comparando os documentos de suporte eletrônicos com os de papel, conclui que aqueles que contêm a informação digital serão cada vez mais fáceis de encontrar, armazenar e enviar, além de permitir uma composição com outros

elementos, proporcionando interatividade ao documento, enquanto que as informações vinculadas ao papel possuem limitações de conteúdo de texto e imagem, assim como dificuldades de armazenamento e transmissão.

Sendo assim, podemos deduzir que duas das grandes contribuições da *internet* para concretizar a disseminação da informação e ampliação do uso dos documentos eletrônicos foram:

- 1) A quebra da barreira do espaço, pois com o uso da *Web* as fronteiras territoriais passam a não ter limites, podendo o arquivo voltar-se para fora de suas paredes, aproximando-se da população e permitindo-lhe o acesso as informações de qualquer ponto do planeta;
- 2) A otimização do tempo, uma vez que documentos disponíveis na *internet* podem ser acessados a qualquer hora ou dia da semana.

Lopes (2002) defende a importância das tecnologias como facilitador na disseminação da informação, posto que na *Web* a busca e o acesso à informação são democráticos e podem acontecer em bases de dados geograficamente distantes. E o uso de tais instrumentos, aproveitados de forma ajustada, podem, enfim, tornar realidade o modelo de arquivo preconizado por Belloto (1989), voltando-se para fora de suas paredes, rompendo qualquer barreira e interagindo com a população. Para isso, é preciso a participação ativa de profissionais preparados, como será exposto no seguinte tópico.

3 PARTICIPAÇÃO DO ARQUIVISTA

A informação é uma preciosa ferramenta para as organizações e para a sociedade. Através de seu uso adequado, os processos evoluem, além de ser fonte de conhecimento e de transformação, agregando valores a quem possui. Por essas razões, dentre outras, o homem sempre procurou registrar as suas atividades, sejam elas sociais, econômicas, políticas ou pessoais. E na "Era da Revolução Digital", saber como encontrar as informações, como apresentá-las e utilizá-las são tão importantes quanto conhecê-las.

Nos dias atuais, é crescente o número de empresas que, buscando agilidade na obtenção da informação, estão substituindo o papel pelo uso e armazenamento eletrônico de documentos. Entretanto, mesmo sendo uma tendência, o tema ainda é pouco abordado no Brasil,

e uma parcela dos arquivistas ainda resiste a essa nova realidade. De acordo com Feshbein (*apud* RONDINELLI, 2007), tal desinteresse deve-se tanto à falta de recursos dos arquivos para investir nas novas tecnologias como ao conservadorismo dos arquivistas. Contudo, torna-se inquestionável a importância fundamental da participação desses profissionais na otimização das novas tecnologias, a fim de que o seu uso aconteça no menor tempo ou no menor número de passos possíveis.

Belloto (1989) alerta aos arquivistas sobre a importância de se pensar na finalidade norteadora da Arquivologia, no seu objetivo maior: tornar a informação acessível ao usuário. Apesar da referida autora não mencionar os arquivos virtuais, há de se convir que tanto em arquivos tradicionais⁶ como na *Web*, tais informações devem estar organizadas e acessíveis, e na Rede Mundial torna-se indispensável à presença do arquivista, para que estes serviços estejam centrados no usuário final, atendendo as suas necessidades de buscas.

Deve-se levar em consideração o fato de que nos ambientes virtuais, o arquivistas não estará presente diretamente nas pesquisas do usuário, sendo, portanto, indispensável a sua participação ativa no gerenciamento, indexação, organização e no desenvolvimento dos provedores de serviços, já que são procedimentos imprescindíveis para a satisfação desse usuário. Andrade (2006, p, 157) reitera:

A infra-estrutura que permite que os documentos digitais sejam armazenados e disponibilizados para acesso via rede devem ser compreendidos. Não basta saber que ‘as informações estão armazenadas no computador e passam via *internet* para o usuário’. Assim como um arquivista tradicional entende que determinada tinta pode estragar o papel em longo prazo, também deverá saber o funcionamento das tecnologias com que lida no seu cotidiano, para que possa conhecer, interferir e gerar soluções às questões que permeiam sua profissão. Afinal, cabe a esse profissional a gestão e preservação do acervo, e preservar no paradigma digital significa entender o digital.

Um arquivo eletrônico, quando bem gerenciado, proporciona a tão desejada agilidade e funcionalidade para as informações, o que gera, conseqüentemente, muitos benefícios às instituições, como o aumento da produtividade pela otimização do tempo e a redução dos custos com o melhor aproveitamento do espaço. Entretanto, tais tecnologias podem gerar problemas e prejuízos incalculáveis às empresas, devendo-se, portanto, antes de sua implementação, ser realizado um estudo das necessidades, viabilidade e público-alvo. Dessa forma, evita-se um investimento alto em tecnologias obsoletas, visto que a variedade e evolução das tecnologias é

uma constante. As dificuldades dos usuários na utilização das novas tecnologias também devem ser consideradas, uma vez que eles são o foco na elaboração de instrumentos de recuperação da informação.

Possuir uma equipe de profissionais treinados contribui na resolução de problemas do dia-a-dia, caso contrário, a obtenção das informações armazenadas eletronicamente podem ser mais demoradas do que aquelas afixadas em papel. A legalidade dos documentos eletrônicos pode também transformar-se em um empecilho na adoção dessas tecnologias. Muitas das dificuldades podem ser geradas pela escassa legislação específica, o que será abordado no próximo tópico.

4 SEM LEGALIDADE NÃO HÁ DISSEMINAÇÃO

Com a disseminação do uso da *internet* e o aumento na transferência dos documentos eletrônicos através deste veículo, uma questão que perturba aqueles que a utilizam é a segurança, a autenticidade⁷ e integridade⁸ dos documentos nesse universo. Atualmente, as informações que circulam por meio da rede mundial de computadores estão expostas a terceiros, podendo sofrer certas violações dos dados, e a identificação de tais delitos é muito complexa e de difícil identificação, ao contrário do documento tradicional.

Qualquer que seja o formato ou suporte, documentos precisam ser autênticos, íntegros e devem estar acessíveis em tempo oportuno para quem de direito. Para documentos em papel, esses requisitos podem ser mais facilmente atendidos. Porém, é necessário garantir essas características também aos documentos eletrônicos.

O elemento “segurança” é, pois, um dos maiores obstáculos a ser enfrentado para atingir a plena utilização de documentos com suporte eletrônico. Sendo assim, disponibilizar meios para preservação da integridade dessas informações é primordial. Projetar e elaborar tais tecnologias ficam a cargo de áreas da Tecnologia da Informação e afins, entretanto, conhecer e fazer o uso adequado delas é uma competência dos profissionais da informação, o arquivista, para que assim possam cumprir a sua função de propagadores de conhecimento e informação, incluindo assim aquelas produzidas e fornecidas em meio eletrônico, a nova tendência da área.

A importância de regulamentação dos documentos eletrônicos se torna imprescindível nas relações econômicas, pessoais e comerciais. Imagine, por exemplo, a hipótese de inscrição para um concurso público, via *internet*. Em seguida, o usuário imprime o comprovante de inscrição. Ao apresentar-se no dia da prova, é impedido de fazer a prova, sob o argumento de que seu nome não consta na lista de inscritos. Como provar que ele se inscreveu? (PARENTONI, 2005). Diante desse episódio, percebe-se quão necessário é o desenvolvimento de meios que comprovem esse registro *online*. O que seria um benefício e comodidade pode tornar-se um grande problema e gerar confusões, desgastes e mal-entendidos. É preciso desenvolver questões de análise do tratamento legal atribuído ao documento eletrônico no Brasil.

O autor Arruda Júnior (2007, p. 1) acredita que “para um documento eletrônico ter validade jurídica e poder servir, por si só, de meio probatório em juízo, mister a ocorrência de dois requisitos: impossibilidade de alteração do seu conteúdo e perfeita identificação das partes.”. E visando implementar tais requisitos, o Brasil possui, desde 2001, uma norma federal que disciplina o uso dos documentos eletrônicos. Apesar de muitos desconhecerem, a Medida Provisória nº 2.200-2 foi a primeira ação governamental que buscou de fato regulamentar o uso dos documentos eletrônicos no país, como será esclarecido a seguir.

5 O SUPORTE LEGAL PARA A UTILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

Antes de analisar o conteúdo da Medida Provisória nº 2.200-2, é necessário esclarecer sobre a sua validade, tendo em vista a lei⁹ que dispõe sobre a validade das Medidas Provisórias (MP), segundo a qual o Presidente da República poderá, em caso de relevância ou urgência, adotá-la, mas ela perderá sua eficácia após o prazo de sessenta dias, prorrogável por igual período, se não forem convertidas em lei. Entretanto, o jurista Parentoni (2005) esclarece que tal disposição é aplicável apenas as medidas editadas após a sua entrada em vigor, que aconteceu em 11 de setembro de 2001. Sendo assim, a referida MP não é atingida por esta lei, em virtude de que passou a vigorar em 24 de agosto de 2001.

A utilização de leis estrangeiras para discutir ou regulamentar os documentos eletrônicos, assim como muitos fazem, é incoerente e transforma-se em um fato inaplicável a

realidade brasileira. Apesar de possuir limitações e estar desatualizada, necessitando de reformulações, a Medida Provisória nº 2.200-2 possibilitou alguns avanços e foi o passo inicial para legalizar o uso desses documentos. Por não ter sido ainda convertida em lei, seu reconhecimento quanto à regulamentação jurídica de documentos eletrônicos, firmando-os como meio de prova por si só, não é considerado por muitos juristas, apesar de, perante a lei, possuir validade, como explicado anteriormente.

Parentoni (2005) aponta que outra dificuldade para a utilização de tais normas é o desconhecimento de alguns juristas quanto às novas tecnologias. No entanto, é preciso ter a consciência de que isso é questão puramente técnica que deve ser resolvida por profissionais especializados de Tecnologia da Informação e de Informática, que possuem maior conhecimento do assunto. O mesmo jurista nos apresenta o exemplo das fitas de videocassete, que são frequentemente usadas como prova, e em caso de dúvida sobre a autenticidade e a integridade da fita, é determinada uma perícia para verificar suas características. Não cabe ao juiz determinar quando uma fita é autêntica ou forjada. O jurista deve se preocupar apenas com a questão específica para a qual está preparado, ou seja, a solução jurídica dos problemas da Rede, aplicando as leis e, em caso de dúvida, ter a sua disposição o auxílio de um perito, tal qual ocorre em relação aos demais assuntos técnicos.

A Medida Provisória nº 2.200-2 procurou adequar o ordenamento jurídico brasileiro às necessidades de uso dos documentos eletrônicos, assim como presume:

Art. 1º: Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP-Brasil–, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas.

Tal Medida visa fornecer suporte legal para a plena utilização dos arquivos eletrônicos, garantindo a autenticidade e a integridade através da certificação digital baseada em técnicas de criptografia. Esse termo surgiu da fusão das palavras gregas “Kryptós” (oculto) e “Graphiem” (escrever), e faz referência ao conjunto de técnicas que visam codificar uma informação de maneira que o emissor e o receptor sejam os únicos capazes de acessá-la, sem interferências de qualquer intruso. O Dicionário de Terminologia Arquivística define a

criptografia como sendo uma escrita usada em comunicações secretas e que faz uso de códigos, cifras e abreviaturas.

De acordo com Guilherme (2001), a Criptografia é a ciência que se preocupa em embaralhar a mensagem de tal forma que somente o destinatário autorizado possa recuperá-la. Na computação, as técnicas mais conhecidas envolvem o conceito das chamadas "chaves criptográficas". Trata-se de um conjunto de *bits* baseado em um determinado algoritmo capaz de codificar e de decodificar informações, assim como representado na figura 1. Se o receptor da mensagem usar uma chave incompatível com a chave do emissor, não conseguirá extrair a informação.

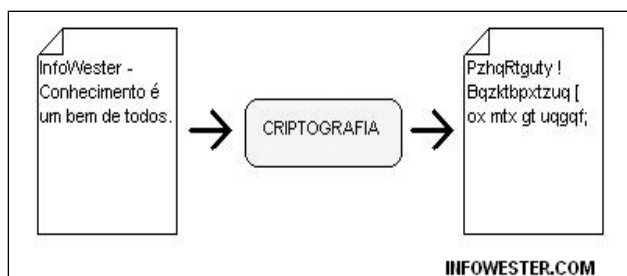


Figura 1 – Representação simples de um processo de criptografia de um documento¹⁰

Mas, como ter a certeza de que determinada chave efetivamente pertence ao seu suposto proprietário? Para resolver este problema, foi criada uma aplicação especial para as assinaturas digitais – os Certificados Digitais – um documento eletrônico contendo a chave pública de um usuário e seus dados de identificação. Este documento deve ser assinado por uma *autoridade confiável*, a Autoridade Certificadora, atestando sua integridade e origem. No artigo 6º da MP nº 2.200-2, ficou determinado que a Autoridade Certificadora (AC) é a responsável pela emissão dos certificados digitais, vinculando pares de chaves criptográficas aos respectivos titulares.

Há de se destacar que no art. 12.º da Medida Provisória, são admitidos outros meios de comprovação da autoria e integridade dos documentos eletrônicos, mesmo que não tenham sido utilizados certificados emitidos pela ICP – Brasil, desde que tais documentos sejam admitidos pelas partes como válidos, ou aceitos pelo destinatário.

6 CONCLUSÕES QUE PODEMOS CHEGAR

Embora as organizações ainda estejam bastante dependentes do papel como suporte à sua informação, o avanço das tecnologias já é uma constante. Se refletirmos sobre o número de computadores por posto de trabalho, seja qual for a profissão ou função, percebe-se claramente como esse avanço está presente em nossas vidas. O número de informações que circula no mundo virtual vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, e a tendência é um crescimento ainda maior.

Diante desse trabalho e dos estudos realizados, percebe-se a necessidade de que esteja à disposição dessa nova realidade, profissionais que possam lidar com essas informações, que são imprescindíveis ao desenvolvimento da sociedade. O profissional de Arquivologia do século XXI não deve mais ficar centrado em suas atividades com o papel, seus horizontes devem ampliar de tal modo que possa englobar as novas tecnologias e as novas formas de documentos, seu principal objeto de trabalho e estudos. Esse Profissional da Informação não pode ficar alheio as mudanças e deve participar ativamente na produção de documentos eletrônicos, bem como sua função nessa revolução da informação é de fundamental importância, uma vez que esse profissional pode auxiliar os usuários que ainda não dominam as novas tecnologias, na busca, utilização e acesso aos referidos documentos, concretizando assim a disseminação das informações contidas nesse suporte.

Além desse desenvolvimento profissional do arquivista, parece ser urgente também um suporte legal. A segurança das informações desses novos suportes deve ser garantida por lei, e os juristas não podem ficar ausentes nessa nova realidade. O profissional só poderá trabalhar de forma satisfatória com esses novos formatos a partir do momento em que as leis se desenvolverem para dar amparo legal a essas atividades. Observou-se ainda a necessidade de uma divulgação mais ampla da Medida Provisória 2.200-2, para que ela seja de reconhecimento de todos os profissionais da área, e se poderia fazer mais, convertendo tal Medida em lei, passando assim a possuir um valor maior para os juristas.

Por outro lado, a modificação dos hábitos culturais não é tão simples nem tão rápida quanto à modificação das leis. Ainda que já tenham se instalado no país os moldes legais do documento eletrônico, sua plena utilização só poderá ser alcançada quando forem superadas as barreiras culturais da desconfiança em relação às novas tecnologias. Assim, conclui-se que as novas tecnologias podem ser muito úteis para a sociedade do futuro, mas é preciso que ela procure adaptar-se e conhecer essas novas modalidades.

As discussões sobre os documentos de suporte eletrônico ainda estão no início de longas jornadas. Diante das limitações, este trabalho não analisou todos os pontos necessários à sua plena utilização. A questão da segurança dos documentos que circulam no mundo digital ainda precisa ser muito bem questionada, assim como a Medida Provisória que os regimentam e as tecnologias desenvolvidas para garantir a autenticidade desses documentos, mas isso é assunto para um próximo trabalho.

DISSEMINATION IN THE USE OF ELECTRONIC DOCUMENTS AND FUNCTION OF ARCHIVIST THIS NEW SCENE

ABSTRACT

In recent years, witnessed the expansion of discussions on electronic documents, its legitimacy and spread. It is remarkable growth of its importance and how it is now essential in personal activities, administrative and commercial, because the reality requires speed in the flow of information. Thus, for archivists, to know dealing with electronic documents and transform them into tools of dispersal of knowledge and information has become indispensable. To achieve this recent study, we tried to theoretical foundations through bibliographic searches in texts, books and articles in the area, with the main references to Measure No 2200-2, from 24.08.2001, plus the following authors: Leonardo Parentoni Netto (2005), Rosely Curi Rondinelli (2007), Benedito Antunes (2005), among other scholars. This work, to discuss the use and legality of electronic documents, based on rules that govern Brazil, wants to hold itself to contribute to the understanding of its importance in the agility of the transfer and acquisition of information, While it is also the need for access to such documents by users and thus make the archivists and health care, as these documents can be used in a genuine and authentic, providing conditions necessary for full use of documents produced in electronic media.

Keywords: *Electronic Document. Dissemination of Information. Arquivology.*

NOTAS:

¹ Bacharel em Arquivologia, pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Arquivista da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

² Graduando do curso de Redes de Computadores no Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Administrador de Redes de Computadores da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba – FCMPB.

³ Professora de Oficina de Textos I e II na Universidade Estadual da Paraíba.

⁴ O período que se refere à Era da Informação, também chamado por alguns autores de Revolução Digital ou Tecnológica, se instala na sociedade pós-industrial, bem na passagem do século XX para o XXI, com a difusão do computador, da *internet* e do progresso da telecomunicação. (CIPRIANO, 2006).

⁵ A utilização feita ao curso de todo esse trabalho das denominações: *internet*, *Web*, ambientes virtuais e Rede mundial de computadores, fazem referência ao mesmo conceito: conglomerado de redes em escala mundial de milhões de computadores interligados que permite o acesso a informações e todo tipo de transferência de dados, incluindo os serviços disponíveis e seu ambiente multimídia.

⁶ Refiro-me aos arquivos tradicionais em referência àqueles que guardam os documentos de suportes tangíveis, como papel, fita magnética, microficha, entre outros.

⁷ Do Dicionário Aurélio: "autêntico, que é do autor a quem se atribui". No mundo digital, prova que um determinado documento veio de uma determinada pessoa.

⁸ Do Dicionário Aurélio: "Íntegro, inteiro, completo". É a prova de que um determinado documento não foi alterado, sob nenhum aspecto.

⁹ Lei disposta no § 3º do artigo 63 da Constituição da República, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 11 de setembro de 2001.

¹⁰ Fonte: figura disponível em <<http://www.infowester.com/criptografia.php>>. Acesso em 15 jun 2012.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R.S. Tecnologia, memória e a formação do profissional arquivista. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.149-159, jan/jun. 2006. Disponível em <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=40>>. Acesso em 15 jun. 2012.
- ARRUDA JÚNIOR, I. **Documentos eletrônicos, autoridades certificadoras e legislação aplicável**. Minas Gerais. Novembro, 2007. Disponível em <http://www.malima.com.br/article_read.asp?id=234>. Acesso em 20 maio 2012.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo. Secretaria Estadual de Cultura, 1996.
- BELLOTTO, H.L. Arquivologia: objetivos e objetos. **Arquivo Boletim Histórico e Informativo**, São Paulo, n. 10, p. 9-20, 1989. Disponível em <<http://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/arquivologiaobjetivosobjeto.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2012.
- BRASIL. Medida Provisória N. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília. 27 de agosto de 2001, Seção I-E, pág. 65.
- DRUCKER, P. O futuro já chegou. **Revista Exame**, São Paulo, Edição 710, p. 112-126, Março. 2000.
- GATES, B. **A Estrada do Futuro**. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995, 280 p.
- GUILHERME, J. **Criptografia, Chaves Públicas e Assinatura Digital para Leigos**. Disponível em <www.sbis.org.br/Criptografia.doc>. Acesso em 25 maio 2012.
- LOPES, I.L. Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 60-71, 2002.
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3. ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005, 228 p.
- PARENTONI, L.N. A regulamentação legal do documento eletrônico no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 772, 14 ago. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7154>>. Acesso em 20 jun. 2012.
- RONDINELLI, R.C. **Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos: Uma Abordagem Teórica da Diplomática Arquivística Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, 160 p.
- SÁ, I.P. de; SANTOS, P.X. dos. **A Face Oculta da Interface: Serviços De Informação Arquivística Na Web Centrados No Usuário**. 2005. Disponível em <www.icml9.org/program/track10/public/documents/Ivone%20Sa-153241.doc>. Acesso em 20 jun. 2012.